



Sessão Temática: ST1 - Gestão social e controle social de territórios

HISTÓRIA ECONÔMICA DO CICLO DA BORRACHA: REFLEXOS NO TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE

César Leandro de Christo Hundertmarck - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista PROSUC CAPES – II. Professor da Universidade Federal do Acre.

E-mail: adm.cesarlch@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-6015>

Erica Karnopp - Doutora em Geografia pela Universität Tübingen - Alemanha (Eberhard-Karls Universität). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Curso de Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

E-mail: erica@unisc.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2335-0295>

José Antonio Moraes do Nascimento - Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e dos Cursos de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

E-mail: josenasc@unisc.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0083-1918>

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre a Amazônia Ocidentalⁱ, pontualmente sob o Vale do Acreⁱⁱ, abordando sua importância histórica, averiguando as respectivas associações com a história econômica do Brasil, conflitos e relações de poder nas arenas públicas. Passa, assim, pela contextualização histórica do Brasil, do Acre, Vale do Acre e seus respectivos encadeamentos. Enquanto sua metodologia, este documento, que se rege através de uma revisão bibliográfica, onde se buscou apresentar a relevância histórica para a região e para o Brasil da extração do látex nos períodos apontados no artigo. Uma destas relações - o ciclo da borracha, foi um momento da história do Brasil, relacionado com a extração do látex da seringueira e comercialização dele, que teve seu centro na região amazônica, e proporcionou expansão da colonização, atração de riqueza, transformações culturais, sociais, arquitetônicas na região Norte do Brasil. Posteriormente aos ciclos, o extrativismo do látex teve continuidade, e contemporaneamente o processo produtivo permanece ocorrendo no Vale do Acre. Como conclusão, pode-se perceber que o Estado do Acre teve seu desenvolvimento econômico-financeiro e social ocorrido de forma morosa, se comparado ao cenário encontrado nos demais Estados brasileiros. Todavia, entre 1879-1912 e 1942-1945, a comercialização do látex teve tamanha relevância e impacto nacional quanto o café, devido às exportações e comercialização da borracha em larga escala.



Palavras-chave: História Econômica. Vale do Acre. Borracha.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the Western Amazon , punctually under the Acre Valley , approaching its historical importance, verifying the respective associations with the economic history of Brazil and the conflicts and power relations in public arenas. It thus passes through the historical context of Brazil, Acre, Vale do Acre and their historical links. As for its methodology, this document, which is governed by a bibliographic review, seeks to present the historical relevance for the region and for Brazil of the extraction of latex in the periods mentioned in the article. One of these power relations - the rubber cycle, was a moment in the history of Brazil, related to the extraction of latex from the rubber tree and its commercialization, which had its center in the Amazon region, and provided expansion of colonization, attraction of wealth, cultural, social and architectural transformations in the North region of Brazil. After the cycles, latex extraction continued, and at the same time the production process remains in Vale do Acre. As a conclusion, it can be seen that the State of Acre had its economic, financial and social development took place in a slow way, compared to the scenario found in other Brazilian States. However, between 1879-1912 and 1942-1945, the commercialization of latex had as much relevance and national impact as coffee, due to the exports and commercialization of rubber on a large scale.

Keywords: Economic History. Acre Valley. Rubber.

INTRODUÇÃO

A utilização econômica da borracha, de forma mais intensa, criou profundos reflexos no território acreano do Vale do Acre, formado pelos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Brasiléia, Senador Guomard, Plácido de Castro, Xapuri, Porto Acre, Epitaciolândia, Acrelândia, Capixaba, Bujari, Manoel Urbano, Assis Brasil e Santa Rosa do Purús. Foi um fator característico de sua história econômica, que implicou no *ciclo* da borracha, o qual esteve relacionado aos aspectos gerais da economia do estado e do país como um todo, incluindo os conflitos e relações de poder nas arenas públicas. O estado do Acre teve seu desenvolvimento econômico-financeiro e social bastante particular comparado à situação dos outros estados brasileiros. Todavia, no período de 1879 a 1912 e 1942 a 1945, teve destacada relevância e impacto nacional tanto quanto o café, devido às exportações e grande comercialização da borracha. No momento atual, ainda se destaca na economia local, mas não com o mesmo vigor do passado acima mencionado.

Para discutir referidos elementos, a metodologia foi uma revisão bibliográfica e análise preliminar da documentação sobre produção da borracha. Atualmente as considerações científicas buscam lastros de aproximação, pluralizando o entendimento de um dado científico a partir de diversificadas vertentes, estabelecendo conexões e paradoxos, inclusive, com divergência. Tal discussão é válida para a interação entre as ciências sociais e,



fundamentalmente, ciências econômicas que, num nível histórico-empírico, se entrelaçam no conhecimento sobre diversas populações internacionais e nacionais e, até mesmo, entre indivíduos de uma mesma população dentro de um dado espaço e tempo.

Nesse sentido, no presente texto, se pretende realizar um paralelo entre políticas de desenvolvimento socioeconômico nacionais e a específica do território acreano. Por isso, é necessário compreender as características intrínsecas destes locais, haja vista que estas são determinadas pelas interferências exteriores. Além de referidos elementos, a preocupação com os estudos culturais, a partir da década de 1970, impulsionada pela preocupação com o simbólico e interpretações, proporcionaram a exploração de novos territórios pela pesquisa histórico-política.

Tais considerações possibilitaram estabelecer uma relação político-financeira e histórica entre as situações econômico-sociais do Brasil e do estado do Acre, particularmente pelo Vale do Acre. Na sequência, se apresentará considerações gerais sobre aspectos da história econômica do Brasil e do Acre, com os reflexos da primeira em toda formação sociocultural e política econômica da segunda.

1 INSERÇÃO DA BORRACHA NA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

As atividades econômicas do Brasil português iniciaram com a chegada desses europeus ao novo mundo, no século XVI. O primeiro produto extraído, para ser comercializado no velho continente, foi o Pau-Brasil, principiando os chamados *ciclos* econômicos. Na sequência, os mais importantes foram cana-de-açúcar (1533), ouro (1700), tabaco e algodão (1750) e café (1790). A partir do século XX, passou a ocorrer uma pulverização, inclusive com intensificação da industrialização. Destaca que a ideia apresentada não é de ciclo com início, meio e fim, mas momentos em que tal produto gerou maior impacto na economia do Brasil.

Dentre essas, o cultivo da cana-de-açúcar foi a base que propiciou aos portugueses se estabelecerem no Brasil, mesmo porque o açúcar, durante todo o período colonial, foi a maior fonte de riqueza. O cultivo ocorreu principalmente no litoral, a partir do último quartel do século XVI, estimulando o desenvolvimento de outras atividades, como o aprovisionamento de animais de tração para os engenhos, expandindo a pecuária (LOPES; MOTA, 2012).

Em seguida, passou a ocorrer uma lenta interiorização da ocupação, em busca de novas possibilidades de riquezas, como foi com a mineração e o cultivo de tabaco, algodão e, posteriormente, o café. A expansão portuguesa da região amazônica ocorreu no início do século XVII, com a fundação, em 1616, do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, na foz do Amazonas. O objetivo era proteger os domínios ibéricos diante da possibilidade de uma ocupação holandesa e francesa, nesse território. A constituição de um núcleo urbano deveria ser o marco de posse e defesa da bacia Amazônica contra as referidas investidas (SILVA, 1996).

O local apresentava possibilidade de ocupação segura em função das riquezas e da navegabilidade. Belém passou a ser *cabeça* de uma ampla rede que se estendia para o interior, comandando todo o movimento de entrada e saída de produtos da região. Ao mesmo tempo, apresentava um denso povoamento indígena (na casa dos 10 milhões de indivíduos), os quais



estariam organizados de forma estável, praticavam a agricultura de alimentos (alguns dos gêneros básicos repassados aos colonizadores brancos) e fabricavam uma cerâmica diversificada (SILVA, 1996).

A utilização das técnicas indígenas e o uso do trabalho compulsório, possibilitou a colonização europeia da Amazônia, formando o estado do Maranhão e Grão-Pará, um *empório* de produtos da floresta, com as chamadas “drogas do sertão”. A expectativa era constituir uma base de comércio de especiarias. Entretanto, como o açúcar nordestino ampliava seus rendimentos, os recursos e mão-de-obra foram drenados para esse cultivo mais lucrativo.

O que, de qualquer forma, não impediu uma dinâmica econômica própria, visto que o Brasil era “mais do que uma *plantation* escravista-exportadora” (FRAGOSO, 2000, p. 144). Em linhas gerais, se pode afirmar que a economia do Brasil era baseada no trabalho escravo e voltada para o mercado internacional. Contudo, além de senhores e escravos haviam “outras categorias sociais, outras formas sociais de produção (como a camponesa, com o uso adicional ou não do trabalho cativo) e mesmo outras formas sociais de extorsão de sobre trabalho”. (FRAGOSO, 2000, p. 144).

A colônia portuguesa ainda passou pelo século do ouro (XVIII), que provocou algumas mudanças significativas, como uma ocupação mais interiorana, em direção ao centro sul, e a mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763. Ao entrar em decadência a mineração, na virada do XVIII para o XIX, se intensificou a produção cafeeira no Sudeste, ampliando o povoamento e diversificando as atividades econômicas dessa região.

O *ciclo* da borracha ocorreu entre 1879 e 1945, portanto, bem mais contemporâneo, e ainda foi acoplado pelo bom momento do café nos anos de 1900. Correspondeu ao período da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção da borracha foram atividades basilares da economia. Estabeleceram na região central da floresta amazônica, entre os anos de 1879 e 1912, se revigorando por pouco tempo entre 1942 e 1945, momento em que teve um destaque grande sobre o produto interno do país (PRADO JÚNIOR, 1994).

Como um todo, a economia da Amazônia, no período dos mil e oitocentos continuou caracterizada por uma mescla de agricultura de subsistência com extrativismo, tendo “por base diversas formas de produção, que variavam desde a economia camponesa até o uso compulsório do trabalho indígena” (FRAGOSO, 2000, p. 166). Ao longo do período colonial, enquanto no Nordeste se produzia o açúcar e no Sudeste se minerava, na região norte havia a atividade agrícola e a extração das chamadas *Drogas do Sertão*, que também ajudavam a compor as rendas da Coroa portuguesa. Assim,

“em determinadas conjunturas econômicas, observar-se-ia o crescimento do extrativismo, o que acarretaria uma ligação com o mercado e, por conseguinte, um maior fluxo da renda. Entretanto, mesmo nessas ocasiões, a produção de alimentos continuava presente. Em realidade, a agricultura de alimentos e a natureza do regime de trabalho amazônico, já que ambos representavam um baixo investimento de capital, serviam de base para a acumulação de riquezas via extrativismo” (FRAGOSO, 2000, p. 166).



Foi o que ocorreu ao longo do século XVII e no final do XVIII, quando as atividades agrícolas e extrativistas atingiram patamares de maior importância econômico e de ocupação social. Entretanto, no século XIX, a borracha começa a ganhar importância, trazendo algumas mudanças sem, contudo, alterar as suas bases estruturais. A partir daí, principalmente na segunda metade dos mil e oitocentos, a economia da Amazônia se ligou ao abastecimento do mercado industrial internacional pelo extrativismo da borracha, demandada pela necessidade dessa matéria-prima em crescimento. Inclusive, “em 1892 a produção brasileira de borracha correspondia a 61% da produção mundial, e ainda em 1910 o Brasil era responsável por 50% do consumo internacional” (FRAGOSO, 2000, p. 166). As exportações de borracha passaram de 2,3%, em 1850, para 28%, em 1910.

Também houve um intenso movimento migratório aos seringais, principalmente de nordestinos, já que o povoamento era muito escasso nessa região norte e a extração da borracha requeria uma grande quantidade de mão-de-obra em função de seu baixo padrão tecnológico. A produção da borracha ocorria a partir do seringal, árvores de onde retirava o látex. Era, segundo Fragoso, uma atividade predatória, na qual, inicialmente não havia interesse pelo domínio da terra. Entretanto, no auge desse extrativismo, os seringalistas começaram a proceder a legalização de posses, constituindo grandes propriedades (2000).

Neste período, cidades como Manaus, Porto Velho e Belém, que concentravam as principais praças comerciais da borracha, se tornaram as capitais brasileiras mais desenvolvidas, com eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, museus e cinemas construídos sob influência europeia. Contudo, os dois períodos da borracha acabaram de maneira repentina, o que se agravou pela falta de políticas públicas para desenvolvimento da região, aumentando os componentes sociais frente ao desenvolvimento do Estado.

Estas quedas repentinas, sobre o ponto de vista histórico, ocorreram por dois grandes movimentos específicos que ocorreram na região norte: a Revolução Acreana, em auxílio com a entrada do Reino Unido no mercado, e o fim da Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu políticas de fomento para a pecuária, reduzindo a participação dos estados do norte brasileiro na econômica do país. Como consequência, retornou em menos investimento, menor atratividade e maior custo para a produção do insumo, resultando em menos processos comerciais (PRADO JÚNIOR, 1994; MORAIS, 2016).

O primeiro *ciclo da borracha*, no Brasil, foi impactado, fundamentalmente, pelo processo da revolução industrial, que provocou não tão somente demanda de mão-de-obra, mas também de produção de derivados da borracha, como os pneus e componentes de máquinas industriais, além das linhas de vestuário e produtos domésticos, que estavam em ascensão no continente europeu (MORAIS, 2016). Nesse período, de 1879 até meados de 1912, cerca de 40% de toda a exportação brasileira era proveniente da Amazônia, paga em libra esterlina (£), a moeda do Reino Unido, respondendo o Acre com quase de 65% de toda a produção realizada dentro do período.

Como consequência do ápice econômico, diversificados povoados e vilas ribeirinhas foram surgindo, ampliando mais a população das cidades existentes e, por consequência, estabelecendo infraestruturas básicas, como escolas, hotéis, dentre outros, que contribuíram



para o estabelecimento do território como propriedade absoluta brasileira no período (MORAIS, 2016). No início da segunda década de 1900, a produção de borracha dos países asiáticos superou a amazônica e, como não houve ações para proporcionar desenvolvimento de outros setores econômicos, veio a decadência geral da região. Concomitante, houve a redução da produção de alimentos (FRAGOSO, 2000, p. 166).

Portanto, se verificou uma queda exponencial na exportação da matéria-prima do ciclo da borracha, devido, principalmente, ao cultivo de seringueiras nas colônias do oriente feito pelas próprias nações europeias (principais importadoras), cultivo este, inclusive, com um potencial maior de produção, por não nativa como na América (PRADO JÚNIOR, 1994). Nesse sentido, Souza salientou que:

Com investimentos nas técnicas do plantio, os ingleses e os países que hoje fazem parte da comunidade europeia de economia ofereceram ao mercado mundial abundância do produto a um baixo custo. E no mesmo período, devido ao início de revoltas na região nordeste, e observando a ascensão do café, o Estado brasileiro se eximiu de lutar pela borracha e recusou qualquer envolvimento dos cofres públicos com subsídios aos empresários da borracha (SOUZA, 2009, p. 236).

Assim, o primeiro *ciclo da borracha* se finalizou pela interferência, novamente, do café, que vinha das regiões centro-sul, com menor distanciamento geográfico da costa (e consequente maior redução de custos) e com potenciais de compra internacionais melhores do que o insumo coberto pelos países do norte (PRADO JÚNIOR, 1994; SOUZA, 2009). Afinal, “era muito mais cômodo para o governo brasileiro investir no café, no centro-sul, do que na produção da borracha/látex e seus derivados perdidos nos confins da Amazônia” (SOUZA, 2009, p. 237).

Já o segundo ápice, e menor *ciclo da borracha*, ocorreu entre 1942 e 1945, movimentado apenas por pressão política do governo brasileiro para suprir o grupo dos Aliados, na Segunda Guerra Mundial, visto que os povos japoneses invadiram os seringais do Reino Unido. Neste sentido, ao observar uma nova demanda político-econômica devido às fases da guerra, se necessitou uma maior quantidade de borracha, como aportou Souza (2009):

Na Segunda Grande Guerra um investimento feito em conjunto pelo governo brasileiro e os Estados Unidos objetivava produzir borracha silvestre para suprir os Aliados, visto que os estoques de borracha dos Aliados começaram a diminuir muito, e a produção brasileira no mercado não era suficiente para a demanda. Além de aumentar a produção em pouco tempo, foi imprescindível a mobilização de milhares de migrantes nordestinos rumo à Amazônia, os chamados *soldados da borracha*. Após a vitória do Aliados, para os Estados Unidos não compensaria mais investir no Brasil, e novamente a borracha brasileira caiu no marasmo econômico, e a Amazônia procurou aos poucos se recuperar através do extrativismo de produtos da terra (SOUZA, 2009, p. 312).

Dessa forma, o *ciclo da borracha* no Brasil, se funde diretamente com a história e desenvolvimento do Acre, e de seus respectivos territórios, visto que a maior quantidade de investimentos foi realizada a partir das necessidades político-estratégicas, ao menos até o início do regime militar, e da ação dos movimentos sociais após 1950, que contribuíram para ascensão



da região. Mesmo com a queda da produção, no pós Segunda Guerra Mundial, a extração do látex continuou com grande importância para a economia local até a contemporaneidade. Neste sentido, após a contextualização mais geral da inserção da borracha no cenário brasileiro, seguem considerações históricas e sociais do estado do Acre, importantes para delimitação da relação entre ambos.

2 HISTÓRIA DA BORRACHA, HISTÓRIA DO ACRE

O Acre teve parte de suas bases de formação política e social proveniente dos seringais. Portanto, é necessário compreender como as instituições, as pessoas e os demais elementos se inter-relacionam e produzem existência e ainda se fazem presentes nos seringais acreanos. Por isso, se faz necessário “apreender a formação regional conforme o processo histórico vivido na produção do espaço acreano”. É um território que considera a diversidade regional amazônica “como criação humana/social que se processa na interação com o ambiente natural” (SILVA, 2004, p. 45).

Nesse sentido, é uma formação socioespacial regional específica, a qual teve uma apropriação privada das terras dos antigos seringais. Ao mesmo tempo, foi “produto da rearticulação do espaço nacional na nova divisão mundial do trabalho e da produção” (SILVA, 2004, p. 45) e local de construção de novas formas e situações que repercutem no território em consideração, conforme apontou José de Souza Martins (1997). Dessa maneira, se constitui numa “fronteira de civilização, do espacial, do cultural, de visões de mundo, de etnias, da história e historicidade do homem e, em especial, fronteira do humano” (SILVA, 2004, p. 40).

Entender o contexto histórico de um lugar é penetrar nas condições sob as quais a sociedade civil, influenciada pelas implicações que a circundam, opera, proporcionando episódios na natureza, na economia, nas relações sociais de trabalho e na sustentabilidade local, no que tange a forma que os indivíduos presentes neste espaço se correlacionam. Um dos grupos principais que formou a autonomia jurídico-espacial do estado do Acre foi constituído, portanto, por seringueiros, conforme destaca Moraes, com o qual se originou as qualidades econômicas da sociedade acreana que, diferentemente dos outros estados, foi formada pela extração exclusiva do leite da seringa (MORAIS, 2016).

Assim, com a estimulação populacional devido ao extrativismo, o Acre ganhou destaque no país. É cortado por alguns rios amazônicos que pertencem a bacia hidrográfica do rio Amazonas, como Purus, Juruá, Abunã, obtendo o mesmo grupo de fauna e flora e, nas margens gerais do rio Acre (MORAIS, 2016). A grande concentração dessas espécies vegetais transformou o estado na região mais atrativa para empresa que tinham interesse na preciosa matéria-prima.

Segundo Prado Júnior, os rios amazônicos possibilitaram excelente via de penetração e trânsito. No entanto, a floresta que os envolve representou obstáculo e assim, historicamente, o europeu acostumado com climas frios e com pouco conhecimento da comunidade amazônica, não adentrou com intensidade na área, deixando a maior parte das colonizações ocorrerem pelos indígenas e também por migrantes da região norte do país, ao longo da história (PRADO



JÚNIOR, 1994). Contudo, depois que as empresas extrativas se instalaram, “houve *verdadeiro genocídio* contra a população nativa” (SILVA, 2004, p. 51) pois, os trabalhadores que chegaram, na maioria das vezes, acabaram por expulsar os grupos indígenas que ocupavam tais territórios.

Neste sentido, a formação cultural do local não se sobressaiu a partir dos cultivos tradicionalmente europeus, como agricultura de cereais e/ou outros mantimentos, mas sim focada nas seringueiras, em grande abundância no Acre (PRADO JÚNIOR, 1994). Na região amazônica, as atividades se reduziam a penetrar floresta/rios e conduzir embarcações que faziam o transporte dos derivados econômicos da seringueira. Em síntese,

“a riqueza desse extrativismo vegetal comandou toda a dinâmica regional. Isso [...] confere a esta porção da Amazônia, dentre outras coisas, a especificidade de ter aí as raízes de sua formação demográfica, econômica e social. Tais raízes são marcadas pela presença secular dos posseiros, dos latifúndios extrativistas, de pouca tradição no cultivo de espécies agrícolas e de criação de animais, e a consequente quase inexistência de *áreas despovoadas* na floresta” (SILVA, 2004, 52).

O Acre se transformou, em 1962, em Estado. Antes, as seringueiras já haviam proporcionadas o componente látex que, por consequência, foi transformado em borracha e revolucionou o lugar, lhes garantindo uma função social e econômica própria. Reis (1953) afirmou que, a partir da instalação do látex, o Acre deixou de ser uma região das lavouras para ser uma região dos gomais, das *heveas*, uma região do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões e, obviamente, da borracha.

Nesse mesmo sentido, Moraes complementou que a extração da borracha “atraiu mais ainda nordestinos, gerou divisas para com país, multiplicou os centros urbanos, conectou a região com as grandes capitais do mundo e trouxe para uma nova fronteira política” (2016, p. 30), melhorando os olhares das outras regiões e da economia brasileira sobre o Acre. Por isso, a história econômica do Acre se destacou pelo extrativismo da borracha, látex e dos seus outros derivados, conforme apontaram Moraes (2016), Reis (1953) e Prado Júnior (1994).

Antes mesmo do estabelecimento do espaço como um estado (uma Unidade da Federação), a região passou por momentos de bastante desenvolvimento, mas também, por períodos de êxodo de parte de sua população. A transformação oficial e jurídica em estado ocorreu no governo João Goulart, em junho de 1962, alterando e impulsionando o processo de desenvolvimento da região. É importante salientar que a história econômico-financeira do estado começou com o extrativismo da borracha, inclusive, se denominava sua população como da *sociedade da borracha*, tamanha é a influência político-social que a cultura de extração de seringueiras apresenta para o território. Na década de 1960, como apontou Caio Prado Júnior, teve uma grande importância econômica para a história do Brasil e, “ao café se acrescentem, na lista dos grandes produtos exportáveis, a borracha, que chegará quase a emparelhar-se a ele, o cacau, o mate, o fumo” (1994, p. 157).

Os seringais foram tão importantes que provocaram uma disputa com a Bolívia para reconhecido do território enquanto patrimônio social brasileiro. Nesta direção, Moraes (2016) apresentou que se teve uma disputa com aquele país, tanto no sentido econômico, quanto no



político.

No sentido econômico, está a questão dos recursos econômicos, das árvores de seringa e a terra de onde nascia a *árvore de leite* e, no sentido político, estão as argumentações dos *revolucionários do Acre*, em virtude do fato do território ser ocupado majoritariamente por brasileiros do rio Acre (MORAIS, 2016, p. 32).

A história do estado, assim como tantos outros, também foi repleto de conflitos internacionais, principalmente com o território da Bolívia, ainda na fase em que os indígenas e migrantes nordestinos brasileiros dominavam a região. Pendenga resolvida em 1903, com o Tratado de Petrópolis, que estabeleceu o fim do confronto, deixando a região com o território brasileiro em troca de parte do Mato Grosso. A partir desse momento, passou a ter maior atenção por parte das autoridades governamentais do Brasil.

Contudo, quando foi transformado em estado, em 1962, o Acre recebeu diversos incentivos públicos (fiscais e monetários) buscando o máximo aproveitamento do insumo (bastante difundido na região). A consequência foi uma industrialização (moderada) baseada em desenvolvimento de estradas, caminhos e polos mercadológicos. Tal situação implicou num aumento populacional e também numa ampliação das preocupações com as questões sócio-ambientais, a partir de instituições de pesquisas científicas e associações de proteção.

Já, a partir de 1988, o Acre, em função das suas proximidades geográficas e históricas com Amazônia, ao se tornar um dos símbolos representativos das lutas por desenvolvimento sustentável dos insumos locais, proporcionou o surgimento de uma série de associações, organizações e as chamadas ligas sindicais, que trouxeram componentes filosófico-culturais para processos econômicos da região (MORAIS, 2016). Dentre estas, se formaram no território os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Acre (SINTRA), as Organizações Não Governamentais Comissão Pró Índio (CPI/Acre) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e também a atuação específica da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que foram propondo e criando diversas políticas de proteção econômico-financeira para a área.

Pimenta (2003) e Moraes (2016), consideram o sindicalismo como movimento de embates e mobilizações dos seringueiros e dos trabalhos locais, nos anos 80, criados para tentar impedir os desmatamentos nas terras das reservas locais. Buscaram, inicialmente, a vertente do desenvolvimento de nível sustentável, mas, com o passar dos anos, foram assimilando aspectos políticos e de prática financeira para a região, trazendo benefícios fiscais para os pequenos e médios produtos, dentre outros.

Conforme Motta apontou, “foi nas democracias ocidentais onde a sociedade civil se tornou o principal palco da formação dos direitos” (2008, p. 2). Logo, não há como compreender a história e a formação econômico-financeira e política do território acreano e da borracha sem compreender, necessariamente, formações sociais e movimentos originados pelas comunidades locais. Estes se organizaram mais sistematicamente a partir de 1950, no entanto, tiveram uma ampla inserção nos anos 1990, com a multiplicação desses movimentos na sociedade civil, com destaque para a proliferação de organizações não-governamentais (MOTTA, 2008).



Entretanto, se pode perceber, desde o início do século XIX, um movimento social estabelecido pelos indígenas e seringueiros locais (moradores), iniciando as primeiras lutas sociais. Na sequência, desencadeou a luta para estabelecer o território como espaço brasileiro, realizado pelos movimentos da Revolução Acreana, culminando, em 1904, com o estabelecimento do Território Federal do Acre e, posteriormente, em 1962, se tornando estado (MORAIS, 2016).

Em paralelo, ao mesmo passo que lutavam por justas políticas para o estado, estes atores da revolução também procuraram por mudanças nas estruturas econômicas que o Brasil estipulava para as relações com látex, borracha e demais derivados. Assim, durante o período da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985, diversos movimentos sociais buscavam mais esforços do governo para tornar os projetos mais rentáveis e sustentáveis, a longo prazo. Por envolver diferentes grupos sociais e interesses diversos, logo surgiram os conflitos.

Enquanto os governos militares buscaram desenvolver a Operação Amazônica, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em cooperação com o Banco da Amazônia (BASA) e com Lei de Incentivos Fiscais, os movimentos sociais locais, em especial da região do Vale do Acre, questionaram os interesses éticos e políticos sobre o uso dos insumos e a maneira como foram conduzidas as novas estruturas econômicas e sociais da região. De um lado, permaneceu as populações originárias e históricas, a defesa da produção em sintonia como o meio natural, que buscava a ascensão de uma extração sustentável. Do outro, a fazenda, a pecuária e os governadores militares, que buscavam ascensão econômica sem considerar intervenções e depredações da floresta (MORAIS, 2016).

Neste sentido, o governador Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), único apoiador do modelo extrativista durante a ditadura militar, manteve uma política restritiva à expansão da pecuária no estado, trazendo maior importância para borracha. Por consequência, durante seu governo, incrementou políticas de planejamento destinadas a corrigir distorções demográficas, econômicas e políticas da região. A partir dessas proposições de Mesquita, entre 1980 e 1995, o Acre passou pelo seu maior período de expansão financeira-econômica, ganhando novas demarcações de limites territoriais, densidade populacional e desenvolvimento tecnológico, com ampliação da industrialização da região. Como resultado, surgiram novos movimentos, agora não somente sociais, mas também político-econômicos como a *Florestania* – floresta e cidadania.

Com o desenvolvimento do fundamento da *Florestania*, a partir de 1999, o Acre passou a buscar um avanço industrial com apoio popular, haja vista que este não se baseou apenas na visão financeira, mas também na atração de uma série de investimentos estrangeiros focados no desenvolvimento sustentável, por meio de planos plurianuais de fixação de indústrias, projetos sociais e empresas ligadas à área de extração agroindustrial (MORAIS, 2016). Tais formas de movimentos/formações sociais surgiram, e que estão surgindo e se estabelecendo cada vez mais como a *Florestania*, “não são redutíveis à uma classe social específica, mas sim ao conjunto de grupos sociais transclassistas ou mesmo à sociedade no seu todo”, conseguindo um apoio popular mais significativo (MOTTA, 2018). Mesmo com as forças hegemônicas do estado estando contrárias, a *Florestania* ganhou popularidade e apoio governamental.



Durante muitas décadas, o Acre teve influência bem próxima de zero, no PIB do país, com contribuição que não se aproximou de 0,5 (PRADO JÚNIOR, 1994). Entretanto, a partir de 2000, com mudanças políticas no comando do poder público, mais investimentos foram captados, somando entre 2003 e 2006, em torno de R\$245 milhões, resultado direto de que nas “comunidades culturais podem vir a surgir novos sujeitos coletivos de transformação social” (MOTTA, 2018, p. 7). Assim, na relação Estado e Sociedade, no Acre, a pressão popular realizada pelos movimentos sociais e culturais, provocou o poder público para conseguir e direcionar mais investimentos.

Neste sentido, nos últimos anos, os recursos foram captados a partir de visão sustentável, onde todo e qualquer recurso é analisado por instituições como Agência de Negócios do Acre (ANAC), Programa de Incentivos às Atividades Industriais do Acre (COPIAI) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Neste horizonte, até 2013 foram investidos mais de R\$100 milhões, com geração de mais de 50 mil postos de empregos, baseados na política sustentável.

Atualmente, o PIB soma mais de R\$15,33 bilhões, com uma participação de 0,2% em toda a economia brasileira, respaldado, sobretudo, nas políticas de conservação, que são formadas e observadas pelos povos indígenas remanescentes e grande fluxo de migrantes nordestinos que aportaram para o território. Assim, todos estes elementos contribuíram de forma significativa para a construção da identidade acreana e de seu espaço rural e urbano, tanto humano, quanto político, econômico e social.

3 AS AÇÕES DO ESTADO NACIONAL NO ACRE

Os reflexos e as relações entre a política nacional e o estado do Acre, ao longo da história, apresentaram dois institutos de demasiada composição: interferência internacional e interferência local. Ambas, uma pelo papel das políticas governamentais e das relações comerciais e, outra pela visão sociopolítica e ambiental, foram fundamentais para construção de uma identidade preservacionista e de resguardo, solidificada na população local. Aqui cabe compreender que estes institutos, ao longo do tempo, sofreram de discordância que resultou em atrasos no desenvolvimento do estado.

Isto posto, enquanto interferência internacional, podem ser citados alguns pontos que foram essenciais para a transformação dos vilarejos do passado em grandes cidades da atualidade. O seu marco temporal pode ser iniciado com a chegada dos primeiros migrantes da região nordeste, em 1877, ou seja, com o início do processo de ocupação capitalista no território e da formação dos seringais no Acre. Os acontecimentos anteriores e posteriores a estes marcos delimitadores não foram considerados em profundidade neste texto, não obstante sua reconhecida significância histórica.

Até os anos 1870, os primeiros povoadores do continente, e do território em estudo, foram os diferentes povos indígenas, que ainda não estavam sob a ingerência do capitalismo. A região da Amazônia era povoada, pelo menos, desde 31.500 a.C. (SOUZA, 2005, p. 24). Em 1872, com a instauração da capitania real de Mato Grosso, novos grupos humanos foram

direcionadas para o lugar, aumentando a prática de utilização de seringueiras, mobilizando vilas e abrindo espaço para descobrindo a importância do setor. Se estendendo até 1912, ocorreu a expansão do extrativismo da borracha, impulsionado pelos impactos da revolução industrial. O território recebeu auxílio financeiro e econômico para estruturas, ferrovias, criação de cidades, povoados e transportadoras, dentre outros.

Nesse mesmo período, em 1903, se encerraram as negociações com o governo boliviano, definindo a incorporação definitiva do Acre ao território do Brasil. A assinatura, no dia 17 de novembro, do Tratado de Petrópolis, selou o acordo diplomático entre os dois países. Os embates vieram desde 1899, quando a região passou por momentos de muita instabilidade porque três países tinham interesse no território: Brasil, Bolívia e Peru. Como haviam muitos brasileiros habitando o Acre, impuseram sua vontade, sob o comando de José Plácido de Castro, vencendo a disputa armada. Em 1904 foi criado o Território Federal do Acre.

Nesse contexto de início do século XX e de expansão imperialista e colonialista europeia, em 1912, o Reino Unido implementou colônias de borracha no Oriente. A partir daí, houve uma diminuição na quantidade de exportação brasileiras devido ao preço alto do produto acreano. Em consequência, ocorreu redução de investimentos na área de infraestrutura e atraso sociopolítico da região, provocando um recesso econômico que perdurou até 1940. No mesmo período, surgiram vários sindicatos e associações, num momento de pouco envolvimento do poder público federal, baixa industrialização, aumento dos índices de miséria com redução de empregos, marginalização e, como consequência, a menor contribuição para o PIB nacional de todos os tempos, com míseros 0,1%.

A partir de 1942, perdurando até 1945, época da Segunda Guerra Mundial, houve um segundo ciclo da borracha, quando a região amazônica teve novamente, um aumento na procura e produção da borracha. Dessa forma, aconteceu novamente a ascensão da região, com novas levas de migração, desenvolvimento de ferrovias, novas indústrias, investimento público, urbanização coletivas de cidades, ampliação de ferrovias, redução de alíquota de imposto, permitindo uma expansão econômico-financeira.

Contudo, passada a guerra, que demandou o produto brasileiro, desencadeou novamente um longo período de recessão econômica, com poucos investimentos federais na região. Ao mesmo tempo, surgem várias associações em defesa da sustentabilidade, que provocaram amplas discussões sobre as políticas verdes. Também houve mudança dos investimentos locais, agora na pecuária, que exigia baixa quantidade de mão-de-obra. O avanço mais intenso da fronteira agropecuária para o Acre foi estimulado pelo governador Francisco Wanderlei Dantas (1971-1974).

Ao lado disso, em meados da década de 1970, se organizaram os movimentos sociais de luta pela terra e foram criados os sindicatos de trabalhadores rurais em Brasília, em 1975, e, posteriormente, em Sena Madureira. Em decorrência disso, se ampliaram os conflitos pela posse/propriedade da terra e, em 1977, houve a criação do primeiro projeto de assentamento dirigido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que desencadeou uma série de ações de colonização, com assentamentos realizados até a atualidade.



Os anos 1980 iniciam marcados pelo declínio do sistema produtivo tradicional da borracha e pela forte migração da população rural para as cidades. Os principais centros urbanos, no início da década, registram a inversão, com a população urbana, pela primeira vez, superando a rural. Foi o que aconteceu em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasília. Também, continuou intensa a ação dos sindicatos de trabalhadores rurais, dentro outros, lutando contra o avanço do modelo agropecuário tradicional. Dois anos em particular são importantes nesse contexto, porque ocorrem o assassinato de líderes populares dos seringalistas: em 1980 de Wilson de Souza Pinheiro e, em 1988 de Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes.

Ambos tinham atividade sindical e lideraram os trabalhadores da floresta a partir de uma concepção de que o homem pode conviver pacificamente com a natureza. Wilson Pinheiro mediou conflitos entre colonos e indígenas, visto que o INCRA realizou projetos de reforma agrária e colonização em territórios indígenas, chegando a estabelecer acordos entre os grupos. Foi o em embrião da “Aliança dos Povos da Floresta”, que surgiu anos depois. Igualmente o seringueiro, sindicalista e ativista político Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, articulou e liderou os seringueiros da Bacia Amazônica, os quais dependiam da preservação da floresta e das seringueiras nativas para sua sobrevivência.

Como consequência positiva, em 1989, o Governo Federal proibiu linhas de crédito que implicassem no desenvolvimento de atividades que levassem ao desmatamento da Amazônia, ação comemorada também no Acre pelas pessoas que viviam e dependiam da floresta. Nos anos seguintes, as iniciativas de um desenvolvimento sustentável ganharam apoios políticos e governamentais importantes com a chegada, em 1992, da Frente Popular do Acre, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, no governo da Prefeitura do Município de Rio Branco. Também, a partir de 1999, foi implantado o Plano Sustentável do Acre pelo novo governo estadual, comandado pela Frente Popular do Acre.

O novo modelo seria pautado na economia agroflorestal, com uma fiscalização efetiva nas questões ambientais, além de um maior alinhamento entre Governo e as comunidades locais. Ao mesmo tempo, a partir dos anos 2000, se iniciaram alguns programas de desenvolvimento econômico do governo federal, como aumento de recursos para educação e produção de insumos, industrialização do Vale do Acre, redução de alíquotas, desenvolvimento de áreas, ferrovias e aeroportos com fortes influências das chamadas *filosofias verdes* nas tomadas de decisões. Contudo, com a eleição, em 2018, do governador Gladson Camelli, do Partido Progressistas (PP), iniciou a decadência do plano de desenvolvimento sustentável, e o retorno de uma proposta de expansão do agronegócio e da melhoria de grãos e melhoria genética da pecuária bovina, e a centralidade da vida urbana, que se estabelece cada vez mais.

Logo, as interferências internacionais e nacionais apresentaram bastante impacto na formulação sociopolítica do território. Todavia, não tão somente destas é formado o padrão contemporâneo do Vale do Acre, afinal, os movimentos sociais contribuíram para pressionar o governo a fim de manter novos investimentos e para a adoção de uma filosofia sustentável, através de órgãos de desenvolvimento. Neste sentido, também ocorreu interferência local das organizações no fortalecimento da *cultura verde* adotada pela região e que impacta no modelo socioeconômico de suas populações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao objetivo central deste trabalho, que foi de introduzir uma análise histórico-econômica tanto do Brasil quanto do Vale do Acre e estabelecer uma relação estrutural entre ambas, se pode compreender como ocorreu o entendimento dos aspectos históricos, econômicos e sociais da formação de um território. Da mesma forma, ao compreender o passado, se torna mais fácil entender o presente, através da redução de perspectivas e políticas negativas e extermínio de condutas que, previamente, reduziram as capacidades de desenvolvimento socioespacial e político. Neste horizonte, às vistas do Vale do Acre, é notável que houve discrepâncias políticas entre o poder público e a população local.

As atividades econômicas ligadas à borracha fazem parte do território do Vale do Acre e o caracterizaram ao longo do tempo, em alguns períodos com maior importância financeira, em outros com menor. Igualmente, estiveram relacionadas aos acontecimentos mais amplos do Brasil, mas também ao cenário internacional, que o favorecia ou o prejudicava. Em função disso, as ações do governo brasileiro se orientavam para ampliar ou diminuir a relação do Acre no cenário nacional, o que condicionava o seu desenvolvimento interno.

Assim, o conceito de desenvolvimento, sobretudo, é mais amplo do que simplesmente pensar em crescimento puramente econômico. Se deve levar em conta todo o saber local (questões culturais), particularidades da região, aspectos sociais dos indivíduos alocados na região. Ainda é necessário, na medida do possível, extrema cautela nas ações/planejamentos posteriores, no sentido de evitar que as regiões mais abastadas não explorem as desfavorecidas. Nesse sentido, o território acreano buscou alinhamento ao desenvolvimento sustentável desde os primeiros seringueiros alocados nas margens dos rios, que buscavam reduzir as discrepâncias locais bastante destacadas na região.

Por fim, outro elemento que deve ser levado em consideração, com base na realidade acreana, é o fato de que o território deve ser entendido e respeitado, fato que busca fomento através das políticas de *Florestania* que, atualmente, não estão alinhadas com a visão administrativa governamental. Assim, quanto às relações abordadas neste ensaio, como as interações que ocorrem entre o capital privado, uso do território por agentes e relações de poder e forças internacionais, se deve compreender que estas são alguns dos fundamentos que devem ser realizadas na tomada de decisão político-econômica do Estado, mas não devem ser unicamente o modelo base de referência para que estas se concretizem no espaço e tempo.

Referências bibliográficas

FRAGOSO, João Luis. O império escravista e a república dos plantadores. In. LINHARES, M. Y. L. (Org.). **História geral do Brasil**. 9 ed. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 144-187.

LIMONAD, Ester et al. **Brasil século XXI: por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004.



LOPES, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil**: uma interpretação. 3ª ed. São Paulo: SENAC-SP, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MORAIS, Maria de Jesus. “**Acrenidade**”: Invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: EDUFAC, 2016.

MOTTA, Luiz Eduardo. O Conceito de Estado e Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas. **Encontro de Administração Pública e Governança**. Salvador, 12-14 de novembro de 2008. Acessado em 04/09/2020. <http://anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG89.pdf>

PIMENTA, José. **A História Oculta da Floresta**: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. Paris: Revue Linguagens Amazônicas. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 31 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. 1953.

SILVA, Francisco C. T. Conquista e Colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 6. ed., atual. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 54-64.

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. 2004. 500 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

VARADOURO. **A Briga pela Posse**: O Governador Lamenta. Rio Branco, Ano I, nº 03. (agosto de 1977).

ⁱ Constituída pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

ⁱⁱ Formado pelos Municípios: Rio Branco, Sena Madureira, Brasília, Senador Guimard, Plácido de Castro, Xapuri, Porto Acre, Epitaciolândia, Acrelândia, Capixaba, Bujari, Manoel Urbano, Assis Brasil e Santa Rosa do Purús.